

EDIÇÃO DE FONTES DOCUMENTAIS: UMA VIA SEGURA PARA O CONHECIMENTO DA HISTÓRIA DE MACAU E DAS RELAÇÕES LUSO-CHINESAS

Wu Zhiliang,
Jin Guo Ping**

A barreira linguística, como sempre foi e sempre será, constitui o maior obstáculo que se oferece para a comunicação intercultural. Em relação às fontes em chinês e em línguas ocidentais, sobretudo em português, enquanto não forem traduzidas para as respectivas línguas, tornando-as assim acessíveis aos investigadores de ambos os países, afigura-nos impossível a elaboração duma história de Macau ou das relações sino-portuguesas, de carácter científico e cimentada na verdade dos factos. Sem este trabalho fundamental, qualquer história que se faça sobre Macau, deverá intitular-se de «*História Chinesa de Macau*» ou «*História Portuguesa de Macau*».

Já que reconhecemos que Macau tem sido a terra de confluência entre duas culturas — a oriental, representada por uma China milenária e sinocentrista e a ocidental, personalizada por um Portugal, mensageiro da Europa renascentista e *pathfinder* de Novos Mundos — historiar os seus quase 5 séculos de vicissitudes duma presença e sobrevivência no solo do Império do Meio caberia aos historiadores chineses e portugueses, baseados em fontes de ambas as partes e fontes terceiras para podermos ter uma história sem adjectivos, uma história de consenso.

Nos últimos anos, Macau, China e Portugal têm dado maior importância à pesquisa e à publicação de fontes históricas relativas a Macau e às relações luso-chinesas. A Fundação Macau, tem sido uma das pioneiras nesta área editorial, com múltiplas colecções já publicadas, cobrindo amplos campos de investigação, entre as quais se pode desta

* Investigadores da História de Macau.

car a *Colecção de Fontes Documentais para as Relações Luso-Chinesas*, dirigida pelo Prof. Doutor António Vasconcelos de Saldanha, sendo responsável pela tradução chinesa Jin Guo Ping. Esta colecção, em duas séries, editada pelo Centro de Estudos das Relações Luso-Chinesas da Fundação Macau e pela Universidade de Macau, já conta com 7 volumes publicados¹ e 5 no prelo². Este projecto editorial é o primeiro de edição bilingue de fontes históricas sobre relações luso-chinesas, realizada em Portugal e ao longo do 4 séculos e meio da existência de Macau. Os volumes já dados à luz mereceram atenção da comunidade científica internacional. Como referiu recentemente Prof. R. Ptak, «*scholars working on nineteenth-century Macau will inevitably have to consult this collection*».³

Outro projecto editorial de fontes em chinês é o da publicação dos *Elementos para a História das Relações Luso-Chinesas* [Zhongpu Aomen Jiaoshe Shiliao]. Obra em dois volumes, da autoria do Prof. Huang Hongzhao, historiador de Macau, do Departamento da História da Universidade de Nanquim. O projecto iniciou-se em 1994 e concluiu-se em 1998. As datas-limite das fontes coleccionadas vão de 1849 a

¹ 1 *Documentos Relativos às Conversações do Comissário Adrião Acácio da Silveira Pinto com o Comissário Imperial Qi Ying*, 1996

2 *Documentos Relativos às Negociações do Tratado de Amizade e Comércio Luso-Chinês e ao Processo da sua Ratificação*, 1997.

3 *Documentos Relativos às Negociações do Tratado de Amizade e Comércio Luso-Chinês e ao Processo da sua Ratificação*, 1997.

4 *Documentos Relativos aos Antecedentes das Negociações do Tratado Luso-Chinês de 1887*, 1997.

5 *Documentos Relativos à Neutralidade Portuguesa durante a I Guerra do Ópio*, 1998.

6 *Documentos Relativos à Neutralidade Portuguesa durante a Revolta dos Taipings e as Novas Guerras do Ópio*, 1998.

7 *Memorandum sobre a Questão de Macau, Edição reservada da Direcção dos Serviços Diplomáticos do Ministério das Colónias, Facsimile da Edição de 1921, 1999.*

² 1 *Documentos Relativos ao Protocolo de Lisboa e ao Tratado de 1887* (Primeira parte).

2 *Documentos Relativos ao Protocolo de Lisboa e ao Tratado de 1887* (Segunda parte).

3 *Documentos Relativos às Greves dos Anos Vinte.*

4 *Documentos Relativos à Embaixada Enviada por D. João V de Portugal ao Imperador da China Yongzheng* (Primeira parte). *Documentos Inéditos da Biblioteca Apostólica e da Biblioteca Nazionale Centrale «Vittorio Emanuel II» de Roma sobre a viagem de regresso à China do Padre António de Magalhães e a Embaixada Portuguesa de Alexandre Metelo de Sousa e Meneses.*

5 *Documentos Relativos à Embaixada Enviada por D. João V de Portugal ao Imperador da China Yongzheng* (Segunda parte). *Relação Completa da Embaixada da Portuguesa de Alexandre Metelo de Sousa e Meneses à China no Arquivo Distrital de Braga.*

³ Cf. Roderich Ptak, *Macau and Sino-Portuguese Relation*, in *Monumenta Serica: Journal of Oriental Studies*. Vol. XL VI, Saint Augustin, 1998, p.352. 380

1946. A obra foca quase 100 anos das relações político-diplomáticas entre a China e Portugal em torno de Macau. É de salientar que nesta obra os leitores podem encontrar fontes chinesas de muito difícil acesso, tais como, *Colecção Documental dos Assuntos Fronteiriços de Macau [Aomen Jiewukao]* e a *Gazeta de Xiangshan [Xiangshan Xunbao]*. Os documentos que o autor reproduz nesta colecção sobre as relações sinoportuguesas à volta de Macau, no período da República da China (sobretudo ofícios constantes do Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Arquivo do Conselho de Estado da República da China) revelam-se com grande valor histórico, o que levou a Fundação Macau a cooperar com o Arquivo Nacional n.º 2 da China numa pesquisa mais pormenorizada do seu fundo a fim de localizar mais documentos alusivos a Macau, com vista a posterior organização e publicação em volume.

A transcrição e publicação do *Diário do Comissário Régio Joaquim José Machado*, relativo às conferências luso-chinesas sobre limites de Macau de 1909, constitui uma prioridade editorial da Fundação Macau. Foi o Prof. Doutor António Vasconcelos de Saldanha quem conseguiu localizar este valioso documento pertencente aos descendentes do General Joaquim Machado, redigindo a introdução histórica que acompanha, e coube à Prof.^a Carmen M. Radulet debruçar-se sobre a tarefa da transcrição paleográfica do manuscrito. Já que da contraparte de Machado, o Comissário Imperial chinês, Gao Erqian, não ficou nenhum escrito, nem sequer rasto nas obras bio-bliográficas, o diário do Comissário Régio português tem um valor acrescido que nos permite conhecer alguns pormenores importantes nos bastidores das conferências de Hong Kong. Trata-se dum documento histórico indispensável para melhor percebermos as circunstâncias políticas da Província de Guangdong que antecederam a queda da Dinastia Qing e a implantação da República da China; daí o seu valor histórico para a própria história contemporânea da China. A publicação desta obra despertou acentuados interesses na comunidade científica chinesa. A sua tradução para chinês está a ser feita por uma equipa de experimentados tradutores, estando a publicação prevista para o Outono do corrente ano.

Outro projecto editorial de grande envergadura da Fundação Macau em curso é a edição das chamadas *Chapas Sínicas* dos Arquivos Nacionais — Torre do Tombo, em Lisboa. Em 1952, Don Mauro Fan Hao, um famoso estudioso chinês de Taiwan, a convite do Prof. Silva Rego, deslocou-se a Lisboa para classificar este núcleo de documentos em chinês. Finda a missão publicou *Fontes chinesas espalhadas pela Espanha e Portugal [Liuluoyu Xipude Zhongguowenxian]*⁴ levando ao conhecimento da comunidade científica chinesa a existência destas fontes. A Dra. Lau Fong, então investigadora do Arquivo Histórico de Macau, fez uma tese de mestrado sobre estes documentos, de que

⁴ Cf. Don Mauro Fan Hao, *Colecção Completa de Fan Hao*, Livraria Estudantil, 1967, pp. 1743-1792.

resultou um catálogo descritivo da colecção⁵. A investigadora, com apoio da Fundação Macau, organizou as 1500 chapas sínicas, com notas do Prof. Zhang Wenqing, da Universidade do Dr. Sun Yat Sen em Cantão, num volume com mais de um milhão de caracteres, que sairá em Agosto do corrente ano. Este corpo documental é constituído, na sua maioria, pelos ofícios trocados entre as autoridades locais chinesas e as autoridades portuguesas de Macau, através da via tradicional do Procurador do Leal Senado — Mandarim da Casa Branca, o *Hopo*, Mandarim do Distrito de Xiangshan e Mandarim de Macau, vulgo *Zuotang*.

Um projecto paralelo ao acima referido é a organização e publicação das Chapas Sínicas escritas em português e também conservadas nos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Não se trata de traduções do volume organizado pela Dra. Lau Fong; são versões coevas das chapas sínicas recebidas bem como as respostas portuguesas. Ascendendo ao considerável volume de 2500 folhas manuscritas, cobrem o período que vai de 1749 a 1839. Dado facto destes documentos estarem misturados com as chapas sínicas originais em chinês e de estarem classificados como peças em chinês, não têm sido referenciados e aproveitados por nenhum investigador ocidental, conservando-se até hoje completamente inéditos. São mais ricos do que as chapas sínicas em chinês, pois, além de conterem a maioria das traduções das chapas sínicas em chinês, conservam as respostas a estas, e as minutas dos documentos a traduzir para chinês antes de remetidos às autoridades imperiais. Actualmente, o trabalho de transcrição paleográfica já se encontra na fase final. A direcção desta edição é de Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, que também assumem o encargo de anotar os documentos a partir de fontes chinesas e portuguesas. A sua publicação está prevista para Outubro deste ano. Está também prevista uma antologia em chinês das peças mais significativas deste núcleo, após a edição em português.

Outro projecto editorial de grande envergadura que a Fundação Macau patrocina é constituído pela organização dos documentos em chinês e em manchu, relativos a Macau, depositados no Arquivo Nacional n.º 1 da China. Trata-se dum projecto de parceria entre 3 instituições — a Fundação Macau, Arquivo Nacional n.º 1 da China e Academia das Ciências Sociais de Guangdong — denominado de *Colecção Documental de Arquivos das Dinastias Ming e Qing relativos a Macau [Mingqingshiqi Aomenwenti Dang'anhuibian]*. A ideia foi lançada em 1997e — como referiu o *Diário do Povo [Renmin Riba]* em Agosto em 1998— «em Março foi concluído um acordo tripartido de cooperação na organização e publicação destes arquivos [...] Foi decidido que Xing Yongfu, Director do Arquivo Nacional n.º 1 da China, e Wu Zhiliang, Vogal da Fundação Macau, assumam a coordenação geral. A Yang

⁵ Foi editada pelo ICM uma versão chinesa e uma versão portuguesa. Cf. Isaiú Santos *Chapas Sínicas. Macau e o Oriente no Arquivo Nacional Torre do Tombo*, Macau, ICM, 1997.

*Jipo, Sub-Director do Arquivo Nacional n.º 1 da China, ao Doutor Wu Zhiliang e ao Prof. Deng Kaisong, do Instituto da História da Academia das Ciências Sociais de Guangdong compete a direcção...».*⁶

Esta colecção tem «o objectivo de organizar para publicação em volumes peças arquivísticas originais em chinês e em manchu, produzidas nas Dinastias Ming e Qing, a fim de fornecer um panorama geral da questão de Macau. A colecção baseia-se em arquivos dos departamentos centrais das supracitadas Dinastias, que formam o acervo do Arquivo Nacional n.º 1 da China. Ao mesmo tempo, será completada com fontes seleccionadas das Crónicas Verídicas, Donghualu (Crónica de Donghua), livros oficiais, crónicas locais e escritos de letrados das Dinastias Ming e Qing. Serão também integradas algumas fontes publicadas no Arquivo Especial de Macau.⁷ A Colecção será organizada cronologicamente, em 6 volumes, com aproximadamente 2,5 milhões de caracteres chineses».⁸

A selecção das fontes⁹ foi realizada entre Março e Agosto de 1998. Para a alegria dos investigadores, houve assim, na procura sistemática de documentos sobre Macau, grandes achados.

As relações sino-portuguesas iniciaram-se na Dinastia Ming. Os estudos sobre estas relações e Macau baseiam-se principalmente em fontes oficiais publicadas e escritos particulares. As poucas peças de arquivo citadas, e ainda assim raramente, estão publicadas nos *Arquivos das Dinastias Ming e Qing [Mingqing Dang'an]*, *Choubanyiwushimo*, *Documentos Diplomáticos da Dinastia Qing [Qingdai Waijiao Shiliao]* e *Documentos Diplomáticos da Dinastia Qing Tardia [Qingji Waijiao Shiliao]*. Para citar o Director do Arquivo Nacional n.º 1 da China em entrevista ao *Diário do Povo*:

«Conforme se julgava, dos arquivos dos Ming, não teriam sobrevivido peças relativas a Macau. Não faltavam estudiosos que afirmassem que no corpo documental que o Arquivo Nacional n.º 1 da China possui, os documentos referentes a Macau remontavam apenas ao Reinado de Kangxi. Desta vez, com a boa intenção de tentar encontrar uma resposta a esta questão, passámos a pente fino as 3000 peças (volumes) da Dinastia Ming. Até agora, foram identificados uns 20 documentos sobre Macau, que cobrem o período que vai de 1623 a 1642.

⁶ Cf. *Diário do Povo*, edição de 12 de Agosto de 1998, p.11.

⁷ Os 4 volumes do *Arquivo Especial de Macau [Aomen Zhuandang]*, que publicou o Instituto da História Moderna da Academia Sínica, Taipei, entre 1992 e 1996, faz parte do corpo documental que o Arquivo Nacional n.º 1 da China possui. Por razões de conhecimento geral, os arquivos estão espalhados pelos dois lados do Estreito de Taiwan. Com a publicação deste projecto apoiado pela Fundação Macau, verifica-se uma união parcial das fontes chinesas sobre Macau, o que é de louvar, já que se reveste de algum significado para a reunificação do território chinês.

⁸ Cf. *Diário do Povo*, edição de 12 de Agosto de 1998, p.11.

⁹ De que resulta a recolha de 2060 documentos referentes a Macau.

*Trata-se dum núcleo documental formado por esboços de memoriais ao Trono selados e as suas cópias limpas emanados do Ministério de Guerra, Tribunal dos Censores, Vice-reis dos Dois Guangs, Governador de Fujian, entre outras repartições. Multiplicam-se aí as referências à presença portuguesa em Macau, ao comércio e às nomeações de funcionários ».*¹⁰

Essas peças de arquivo do período Ming fornecem-nos também informações coevas e fidedignas sobre as tão faladas «fórmulas» de administração dos primeiros tempos de Macau. Por exemplo, por um esboço de memorial ao Trono, datado de 3 de Novembro de 1624, podemos saber que, a par de outras autoridades civis, o Canjian (Coronel) da Guarnição de Xiangshan possuía jurisdição directa sobre Macau, mediante «*uma visita anual a Macau, que realizava junto com o Haidao*». Em relação à presença portuguesa em Macau, existe um memorial apresentado ao Trono pelo Ministério de Guerra, datado de 19 de Setembro de 1631, que afirma: «*Inicialmente, vieram a Haojing*¹¹ *unicamente para o comércio. A China, para beneficiar dos poucos impostos anuais que eles pagavam, autorizou-os a pousar temporariamente [zhanzhunqixi]. Eles não podiam afectar-nos em nada*».

Com a revelação dessas peças de arquivo dos Ming, os investigadores passam a ter acesso a informações coevas e fidedignas para um estudo mais aprofundado dos primeiros tempos de Macau, informações essas que nos permitirão desvendar alguns mistérios do circunstancialismo que rodeou a fundação desta cidade. Pode dizer-se que essas peças arquivísticas, de grande valor histórico, vão, entre outras questões e no limiar dum novo milénio, revolucionar os estudos sobre Macau ou sobre a vida quotidiana dos «*Padres da Corte*», levando a *Macaulogia* e os estudos das relações luso-chinesas a um nível nunca antes atingido.

Este projecto tripartido, encabeçado pela Fundação Macau, possui uma particularidade: vai abrir, com a introdução de fontes em manchu sobre Macau, novos horizontes para os estudos da história das relações sino-portuguesas. Assim o deixou claro o Director do Arquivo Nacional n.º 1 da China:

«No tempo de Nurhaci, imperador fundador da Dinastia Qing, a fim de satisfazer as necessidades do desenvolvimento da sociedade manchu, em 1599, ordenou-se a criação da língua manchu a partir do alfabeto da língua mongol. Com a tomada do poder pelos Manchus, a nova língua foi definida como uma das línguas nacionais e oficiais, de maneira que na Dinastia Qing se produziu uma considerável quantidade de documentos oficiais escritos em manchu. Só o Arquivo Nacional n.º 1 da China possui um núcleo documental nesta língua que atinge mais de 2 milhões de peças, com referências a política, cultura, assuntos

¹⁰ Cf. *Diário do Povo*, edição de 30 de Julho de 1998, p.5.

¹¹ Um dos nomes variantes de Macau.

militares, astronomia e meteorologia, entre outras questões, que constituem um manancial documental multi-temático para os estudos históricos. Durante a realização deste projecto sobre Macau, o pessoal especializado na língua manchu, fez uma busca exaustiva em quase 300 mil documentos em manchu. Neste momento, foram identificadas mais de 30 peças referentes a Macau ou Portugal. Essas referências, que quase atingem a uma proporção de uma por dez mil, são peças de inestimável valor documental para os estudos da história de Macau»¹².

Esses documentos «foram seleccionados de entre memoriais ao Trono em manchu, com despachos imperiais a vermelhão, cópias de memoriais ao Trono depositados no Grande Secretariado Imperial [Junjichu] e o arquivo da Casa Civil Imperial [Neiwufu], etc. A maioria dos documentos localizados foram produzidos nos primeiros tempos da Dinastia Qing, isto é, durante os reinados de Kangxi, Yongzheng e Qianlong, mas com a maior incidência para o período de Kangxi. Este corpo divide-se em 4 grupos temáticos:

1 — *Informações sobre movimentos de embarcações estrangeiras de e para Macau. O Imperador Kangxi, levando em consideração o facto de que comerciantes e civis chineses idos a negociar ao sudeste asiático, vendiam ilegalmente embarcações e arroz, entre outras mercadorias, aos estrangeiros (verificando-se até que entre eles havia quem se deixasse ficar nas terras para onde iam negociar, causando deste modo muitos problemas), publicou em 1717, 56.º ano do seu reinado, um despacho imperial a proibir embarcações mercantes chinesas a irem negociar ao Nanyang (Mar do Sul da China). No entanto, os Portugueses residentes em Macau, após vários esforços, conseguiram o privilégio das viagens para Nanyang, o que provocou um período de explosão comercial. Os barcos registados aumentaram de 9 para 25. Nesse tempo, o Imperador Kangxi estava muito atento aos movimentos de barcos estrangeiros de e para Macau e recolheu, em repetidas ocasiões, informações a esse respeito;*

2 — *Informações sobre a presença portuguesa em Macau, nomeadamente, a passagem de estrangeiros por Macau para o interior chinês e as trocas de correspondência através de Macau. O Imperador Yongzheng, após a sua entronização, mandou repatriar todos os missionários à excepção daqueles que tivessem alguma especialização em artes e ciências. Todas as autoridades provinciais puseram em prática o edito expulsando os religiosos ocidentais para Macau;*

3 — *Dados sobre a jurisdição chinesa exercida nas Dinastias Ming e Qing sobre Macau. Há informações sobre visitas de autoridades de Guangdong a Macau e julgamentos de questões legais de toda a espécie,*

¹² *Diário do Povo* (edição internacional em chinês), de 30 de Julho de 1998, p.5.

ocorridos em Macau entre ocidentais de Macau e moradores chineses, e entre os próprios ocidentais que causaram danos corporais uns aos outros;

4 — *Informações sobre a vida profissional e privada de portugueses e outros ocidentais que estavam ao serviço da Corte de Pequim, dos quais se pode destacar Tomás Pereira, que esteve muitos anos ao serviço imperial como mestre de astronomia e das artes de calendário do Imperador Kangxi. Tomás Pereira chegou a ajudar o soberano na administração da comunidade ocidental em Pequim. Mereceu tantos elogios do Imperador Kangxi que, à sua morte, o Imperador mandou oferecer 200 taeis, 10 peças de seda e chá, entre outras coisas para o funeral, ordenando a prestação de pêsames por altos funcionários da Corte junto da sua sepultura».*¹³

Pelo acima exposto, vê-se que «os documentos em manchu sobre Macau, apesar da sua insignificante quantidade, revestem-se duma singular importância para a história de Macau e das relações sino-portuguesas, seja pela sua riqueza informativa, seja pela sua antiguidade, já que remontam aos primeiros tempos da Dinastia Qing».¹⁴

Nesta colecção, além dos documentos seleccionados no Arquivo Nacional n.º 1 da China, serão incluídas por iniciativa e encargo exclusivo da Fundação Macau no âmbito do acordo acima referido, fontes publicadas sobre Macau, sobretudo as constantes das histórias oficiais, das crónicas locais e das obras de historiadores e letrados, tarefa executada com a contribuição de consagrados historiadores chineses convidados pela Fundação Macau.

Acrescente-se que, perante a manifesta importância deste acervo, também a Fundação Oriente, de Lisboa, nos termos de um outro acordo assinado nos finais de 1998 com o Arquivo Nacional n.º 1 da China, decidiu editar em português e em inglês uns 900 documentos da Dinastia Qing, facilitando assim acesso aos investigadores ocidentais¹⁵. Ainda que se trate de um projecto de menor envergadura, será um contributo importante, e mais importante ainda se também abarcar a tarefa da tradução do núcleo dos arquivos da Dinastia Ming.

Pela estrutura funcional da Delegação da Alfândega de Guangdong em Macau, vulgo *Hopo*, nomeadamente no que diz respeito à nomeação dos seus funcionários¹⁶, podemos ver que o *Hopo* de Macau não era apenas uma delegação fiscal. Era antes de mais, uma instituição política que a miúdo intervinha nos assuntos de Macau, como podemos confir

¹³ Idem, ibidem.

¹⁴ Idem, ibidem.

¹⁵ *Boletim da Fundação Oriente*, n.º 16. Abril de 1999, p.11 e *Jornal de Tribuna de Macau*, edição de 3 de Junho de 1999.

¹⁶ O *Hopo* de Guangdong era nomeado pela Casa Civil Imperial e o Delegado em Macau era destacado pelo General Tártaro [Guangzhou Jiangjun], sendo sempre, por isso, um militar de carreira e de etnia manchu.

mar com documentos existentes nas *Chapas Sínicas*, tanto na sua versão chinesa como na portuguesa. O Arquivo do *Hopo* de Guangdong é muito rico em informações sobre Macau, dado que esta cidade, antes das Guerras do Ópio, era o único porto no litoral chinês aberto ao estrangeiro. À vista da importância deste núcleo para a história das relações sinoportuguesas, sobretudo para as relações económicas e políticas entre Guangdong e Macau, a Fundação Macau e o Arquivo da Província de Guangdong têm estado a proceder a uma pesquisa exaustiva das fontes com o fim de identificar documentos relativos a Macau; a publicação desses documentos, já organizados em volume, está prevista para os finais deste ano.

As Alfândegas Marítimas Imperiais Chinesas, que durante muito tempo estiveram sob a direcção do célebre Sir Robert Hart, desempenharam um papel muito relevante na história moderna da China, fosse no campo das finanças, fosse na área político-diplomática. Dada a importância dos seus arquivos, a Fundação Macau promoveu oportunamente a organização e publicação dos seus relatórios decenais e anuais, contendo valiosas informações sobre Macau. As fontes recolhidas na *Colecção de Relatórios da Alfândega de Gongbei [Gongbei Haiguan Baogao Huibian]* cobrem o período de 1887 a 1946. Além da sua edição em chinês, já à disposição do leitor, está a preparar a sua edição em inglês, pois as versões numa e noutra língua não são idênticas; daí a necessidade de editar as duas versões acima mencionadas.

Outra grande área de intervenção editorial da Fundação Macau é a reedição de obras raras de grande valor histórico e documental. Por exemplo, em 1994 foi reeditada juntamente com a Universidade de Macau, *A Abelha da China*¹⁷. Em 1995, de parceria com a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, levou a cabo a edição fac-similada de *Ta-Ssi-Yang-Kuo*. Também para fora de Macau a Fundação Macau estendeu a sua actividade editorial ao cooperar com a Academia das Ciências Sociais de Shanghai na reedição de *O Reformador da China [Zhixingbao]*, um dos mais conhecidos órgãos dos movimentos reformistas que conduziram o derrube da Dinastia Qing. A partir de 1998, a Fundação Macau está a executar a reedição de *Renascimento*, um projecto participado pela Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, Universidade de Macau e Instituto Politécnico de Macau. A revista trilingue *Mosaico* e o prestigiado *China Repository* encontram-se também já na sua agenda de reedições.

Depois de Dezembro deste ano, com a transferência de poderes, o português não perderá a sua importância e continuará a ser usado no futuro Governo da RAEM. No período pós-transição, a língua de Camões passará a gozar de mais importância na sua qualidade de um dos

¹⁷ Em 1998, a Fundação Macau publicou *Estudos de A Abelha da China [Mifenghuabao Yanjiu]*, de autoria de Cheng Manli, uma obra de investigação sobre o jornal.

principais instrumentos linguísticos para a investigação da história de Macau, o que faz com que o ensino da língua portuguesa em Macau deva sofrer uma mudança estrutural para se adaptar a uma nova realidade sócio-político-económica, e, sobretudo, às necessidades da investigação histórica. Os estudiosos chineses da história de Macau cedo irão confrontar-se com o enorme desafio que é a internacionalização e a consequente democratização das fontes inéditas chinesas sobre Macau, assim retiradas ao «*monopólio*» de alguns sinólogos. Mediante esta nova *interface*, suportada pelas edições bilingues ou trilingues das fontes, as comunidades científicas internacional e chinesa serão forçadas a aproximarem-se uma da outra na procura de consenso em relação a alguns pontos mais polémicos da história de Macau. Apesar de as actividades editoriais da Fundação Macau estarem sujeitas às mais variadas críticas, umas positivas outras negativas¹⁸, a publicação de fontes promovida pela Fundação Macau não terá, assim, outro mérito senão o de ajudar a conhecer, duma maneira objectiva, a história de Macau.

De todas as maneiras, é preciso reconhecer que a barreira linguística continua a ser o maior obstáculo para os intercâmbios culturais. As traduções de português para chinês e vice-versa, as publicações em chinês ou bilingues ou trilingues promovidas pela Fundação Macau — tais como *Colecção de Estudos Comparativos Direito da R. P. China, Hong Kong, Macau e Taiwan [Zhongguodalu Gangaotai Falubijiao Congshu]*, *Colecção Biblioteca Básica de Macau [Aomen Congshu]*, *Colecção Estudos de Macau [Aomen Luncong]*, *Colecção Novos Estudos de Macau [Xingaomen Luncong]*, assim com o *Panorama de Macau [Aomen Zonglan]* e a *Enciclopédia de Macau [Aomem Baikequanshu]* — no mínimo, contribuiriam para um melhor entendimento das partes. Se isto for reconhecido, sentiremos recompensados os nossos sacrifícios, junto com os autores que tanto contribuíram para a «*biblioteca*» da Fundação Macau e trabalharam para renovar a missão e o destino de Macau — aproximar o Ocidente do Oriente.

¹⁸ P. ex., Gary Ngai afirma que «A Fundação Macau e a Fundação Oriente também têm publicado livros sobre temas locais, mas de baixo nível académico» (Cf. *Administração*, Número 35 (1.º de 1997), volume X, Março de 1997, p. 70).